

## **AGRICULTURA FAMILIAR E INOVAÇÃO SOCIAL: O CASO DA REDE ECOVIDA DE AGROECOLOGIA**

COSTA, Lisiane Centeno<sup>1</sup>; POLLNOW, Germano Ehlert<sup>1</sup>; BECKER, Cláudio<sup>2</sup>;  
CALDAS, Nádia Velleda<sup>3</sup>; SACCO DOS ANJOS, Flávio<sup>3</sup>

<sup>1</sup>Acadêmicos do Curso de Agronomia – FAEM/UFPEL; <sup>2</sup>Doutorando do Programa de Pós-graduação em Sistemas de Produção Agrícola Familiar; <sup>3</sup>Professores do Departamento de Ciências Sociais Agrárias, Universidade Federal de Pelotas. E-mail: [flaviosa@ufpel.edu.br](mailto:flaviosa@ufpel.edu.br)

### **1. INTRODUÇÃO**

As três últimas décadas coincidiram com um vertiginoso crescimento da produção orgânica em escala mundial, tanto do ponto de vista do número de produtores quanto da superfície cultivada. Todavia, como indicam estudos recentes (Caldas, 2011), dito incremento responde a um conjunto de circunstâncias e fatores já de por si bastante conhecidos, sobretudo os que afetam à esfera dos interesses dos consumidores, cada vez mais orientados ao consumo de produtos de qualidade diferenciada e que não ofereçam riscos à saúde das pessoas.

O trabalho de Caldas et al (2011), apoiado em outros estudos (Willer e Kilcher, 2011) mostra que o Brasil ocupa o 3º posto, em nível mundial e esse lugar destacado é resultante da inclusão da superfície dedicada a sistemas sustentáveis de produção existentes em sua região amazônica. Segundo dados do último censo agropecuário (IBGE, 2009), existem atualmente 90.497 estabelecimentos (1,75% do total) que praticam a agricultura orgânica, sendo que a pecuária e criação de outros animais, as lavouras temporárias, permanentes e horticultura/floricultura representam os grupos de atividade econômica mais importantes em termos percentuais (respectivamente 42,01%; 33,34%; 10,56% e 9,83%).

Os dados da fig.1 mostram a proporção de estabelecimentos certificados, em relação total de estabelecimentos orgânicos segundo grupos de área total. Nos estabelecimentos de até 10 hectares temos uma participação pouco acima dos 4%, ao passo que nos grupos de área total superiores essa proporção se eleva bastante, como no caso dos estabelecimentos com área compreendida entre 200 e menos de 500 hectares e acima de 500 hectares onde o mesmo indicador ascende a respectivamente 8,1% e 11,5%.

Parece lógico supor que conforme aumenta o tamanho de área ecologicamente cultivada, cresce igualmente a escala de produção e, conseqüentemente, a renda do produtor que necessariamente necessita da certificação de seus produtos para poder acessar os mercados mais exigentes, sejam eles nacionais ou estrangeiros. O fato é que a certificação representa um custo, invariavelmente elevado para os agricultores familiares, sobretudo se estes não estiverem organizados em grupos para, assim, reduzir o valor cobrado pelas empresas privadas que atuam no Brasil e em diversos países do mundo.

O surgimento da Rede Ecovida de Agroecologia se insere num amplo esforço protagonizado pelas organizações ligadas à agricultura familiar nos estados meridionais do Brasil no sentido não somente de conceber uma forma de produzir plenamente identificada com os imperativos da sustentabilidade, mas de propor uma outra dinâmica de certificação mais acorde com a realidade deste tipo de produtor. Uma dinâmica de certificação centrada em outros valores como a solidariedade, a reciprocidade e o associativismo que não estão presentes na certificação de natureza privada, por auditoria ou também chamada “por terceira parte”. O fato é

que esta forma de certificação se impõe como uma relação estrita entre cliente e prestador de serviços (ROURE, 2007).



Figura 1 – Proporção dos estabelecimentos produtores de orgânicos certificados e não certificados no total de estabelecimentos orgânicos, por grupo de área. Brasil, 2006.  
Fonte: Censo Agropecuário 2006. (IBGE, 2009)

Conforme indicou Caldas (2011), nosso país conta atualmente com um conjunto de instrumentos jurídicos que dispõem sobre os processos de certificação de produtos orgânicos. Nesse sentido, o principal marco regulador corresponde ao Decreto nº 6.323 de 27/12/2007, o qual regulamenta a Lei 10.831, estabelece uma série de aspectos e normativas que merecem ser aqui destacados. Essa legislação se estrutura em torno à criação do chamado “Sistema Brasileiro de Avaliação da Conformidade Orgânica” (SisOrg), gerido pelo Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento (MAPA), o qual é integrado por órgãos e entidades da administração pública federal e pelos organismos de avaliação de conformidade, prevendo duas grandes modalidades de certificação, quais sejam, a certificação por auditoria e os Sistemas Participativos de Garantia (SPG). O presente estudo trata da segunda modalidade de certificação, levada a cabo pela Rede Ecovida de Agroecologia.

O SPG está ancorado, conforme o próprio nome indica, nos princípios da auto-regulação, do associativismo e da participação. No Inciso XVI do aludido decreto são definidos como sendo:

[...] conjunto de atividades desenvolvidas em determinada estrutura organizativa, visando assegurar a garantia de que um produto, processo ou serviço atende a regulamentos ou normas específicas e que foi submetido a uma avaliação da conformidade de forma participativa. (BRASIL, 2007, p.2)

Mas o fato de que a legislação brasileira reconheça os SPG como uma forma de certificação equivalente à certificação por terceira parte em termos dos seus efeitos e implicações, não deve ocultar certas dificuldades na dinâmica que acompanha esse sistema. No presente estudo a atenção está posta em explorar o conteúdo as entrevistas realizadas com agricultores familiares do município de Ipê (RS), explorando algumas das dificuldades que acompanham essa forma de certificação sob o ponto de vista de alguns dos seus protagonistas. Parte-se aqui da premissa de que, não obstante tais obstáculos, não cabe dúvida de que essa forma de certificação é extremamente importante para o produtor e para a sociedade em geral.

## 2. METODOLOGIA

O trabalho foi realizado a partir de seis (6) entrevistas em profundidade realizadas pelos pesquisadores do Núcleo de Pesquisa e Extensão em Agroecologia e Políticas Públicas para a Agricultura Familiar (NUPEAR), ligado ao Departamento de Ciências Sociais Agrárias da FAEM UFPel entre 2010 e 2011, as quais foram por mim transcritas durante os três últimos meses. Utilizou-se um roteiro prévio de perguntas abertas que foram registradas em gravador digital. As entrevistas com agricultores ocorreram nos próprios estabelecimentos e as entrevistas com lideranças ocorreram na sede das organizações, havendo sido agendadas com certa antecedência e de comum acordo com os entrevistados, os quais autorizaram o uso do gravador. Trata-se de pesquisa em andamento. Todavia, algumas conclusões preliminares podem ser extraídas a partir dessa imersão que fizemos junto à realidade concreta.

### **3. RESULTADOS E DISCUSSÃO**

Atualmente a Rede Ecovida abriga 23 núcleos regionais, abrangendo em torno de 170 municípios. Seu trabalho congrega, aproximadamente, 200 grupos de agricultores, 20 organizações não governamentais e dez cooperativas de consumidores. Em toda a área de atuação da Ecovida, são mais de 100 feiras-livres ecológicas e outras formas de comercialização destes produtos (REDE ECOVIDA, 2009). Destarte, apenas muito recentemente (dezembro de 2010) houve o credenciamento da Rede Ecovida de Agroecologia como Organismo Participativo de Avaliação de Conformidade – OPAC por parte do Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento, nos termos definidos em lei. Esse fato foi celebrado pelas organizações ligadas à agricultura familiar dos estados meridionais brasileiros como um fato extremamente importante, sendo na verdade o ponto culminante de uma caminhada iniciada há mais de doze anos na busca do reconhecimento da metodologia participativa de avaliação de conformidade proposta por um amplo espectro de forças sócio-políticas que apóiam esse segmento nacional.

Mas há também muitas dificuldades nesse processo, sobretudo porque portar o selo de “orgânico” em seus produtos requer uma série de procedimentos a serem seguidos por produtores que poucas oportunidades tiveram de estudar e de se familiarizar com questões relativas à legislação, contabilidade e outros temas que afetam o exercício de sua atividade. A fala a seguir transcrita mostra não somente esse tipo de preocupação, manifestada por um de nossos entrevistados, mas também o fato de que a produção orgânica ou ecológica representa um estilo de vida que vê nessa forma de produzir fortes vínculos com a questão da religiosidade e do respeito aos ciclos da natureza:

e por um lado trouxe dificuldades, porque a gente não teve a chance de estudar, aí vem caderno de campo, ali vem todos os tramites das leis, mas eu penso que dá pra superar e quem é agricultor orgânico você sabe, quem não é vai ter que sair fora e vai sair muita gente fora, porque eles não têm a consciência, o coração puro, porque tem que ser puro pra fazer isso. Eu digo que agricultura orgânica é uma coisa sagrada, não sei até quando, porque eu vejo pela natureza que não vai ter muito tempo, viu? Aquilo que tá acontecendo por ali e tem perspectivas que vai ser pior... Porque eu digo sempre, que Deus perdoa sempre, as pessoas de vez em quando, mas a natureza não perdoa nunca.

A fala deste produtor expressa a opinião dos diversos agricultores familiares ligados à Rede Ecovida e das organizações e movimentos sociais. Nossos entrevistados consideram que o reconhecimento formal por parte do governo federal foi um importante avanço, mas também há consequências decisivas para o exercício

de suas atividades, especialmente no que tange à comercialização de seus produtos, à fiscalização de suas práticas pelo Conselho de Ética e pelos inúmeros registros que devem ser rigorosamente cumpridos. Esse entendimento aparece claramente referido na fala de um de nossos entrevistados: *“Deu mais trabalho, porque antes era tudo prático e hoje tem que ter tudo contabilizado, então é mais trabalhoso ainda, a gente não tem tempo pra nada, é caderno de campo”*.

A forma de produzir destes produtores é muito mais do que uma simples mudança tecnológica em relação às tecnologias da revolução verde. Novamente nossos entrevistados reafirmam seu compromisso com a sustentabilidade, mais além de uma mera questão mercantil ao reiterar:

Mas eu penso que isso é importante, porque tem muito agricultor que pensa em fazer Agricultura Orgânica só pra ganhar dinheiro e Agricultura Orgânica tem muita coisa por trás disso, o dinheiro é o último que vem, porque eu digo sempre o dinheiro tem que tá no bolso, não tem que tá na mente da pessoa e muitos trabalham só pra ganhar dinheiro, principalmente gringo né?

#### 4. CONCLUSÃO

A pesquisa aqui realizada mostrou que a Rede Ecovida é uma experiência extremamente importante para o fortalecimento da agricultura familiar nos estados meridionais do Brasil, sendo uma referência para outros países do mundo que desejam criar sistemas de certificação alternativos às limitações impostas pela certificação por terceira parte. Todavia, como ficou demonstrado, há também dificuldades a serem superadas, especialmente as que afetam às normas que regulam a certificação participativa em termos dos controles e registros exigidos pela legislação e que devem ser assimilados por pessoas que invariavelmente não tiveram acesso a uma educação formal satisfatória. Não menos importante é a constatação de que essa forma de agricultura surgiu por uma forte influência da religião católica, daí o apelo à religiosidade e ser vista como estilo de vida peculiar praticado pelas famílias.

#### 5. REFERÊNCIAS

BRASIL. Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística – IBGE. **Censo Agropecuário 2006**. Rio de Janeiro, IBGE, 2009.

CALDAS, Nádía Velleda. **Estudo comparativo entre sistemas de certificação de produtos orgânicos no contexto da agricultura familiar brasileira e espanhola**. 2011. Tese de doutorado em Ciências – Programa de Pós Graduação em Sistemas de Produção Agrícola Familiar, Universidade Federal de Pelotas, Pelotas, 15/04/2011.

CALDAS, Nádía Velleda; AGUILAR CRIADO, Encarnación; LOZANO CABEDO, Carmen. A certificação de produtos orgânicos na Espanha: Obstáculos à implantação de um Sistema Participativo de Garantia na Andaluzia. In: **VIII CONGRESSO DA ASSOCIAÇÃO LATINOAMERICANA DE SOCIOLOGIA RURAL**, Porto de Galinhas, 2011, Anais, Porto de Galinhas, p.1-20.

REDE ECOVIDA DE AGROECOLOGIA. Sítio Digital. Disponível em: <<http://www.ecovida.org.br/>>. Acesso em 06 jan. 2009.

WILLER, H.; LUKAS, K. **The World of Organic Agriculture. Statistics and Emerging Trends 2011**. FiBL-IFOAM Report. IFOAM, Bonn, 2011.